



**ANEXO I -AUDITORIA – SISTEMA DE CONTROLE INTERNO N. 02/2024**  
**Referente ao período de 06 de agosto a 31 de agosto de 2024.**

**Legenda: S=Sim; N=Não; NA=Não se Aplica**

**01 – PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO**  
**01.1- PLANO PLURIANUAL / LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA /**  
**LEI DO ORÇAMENTO ANUAL**

<b>No. de Ordem</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>S</b>	<b>N</b>	<b>NA</b>
01	O PPA da Câmara Municipal foi elaborado e encaminhado à Prefeitura Municipal no prazo legal para inclusão no respectivo Projeto.....			X
02	Sua elaboração se deu de forma regular, dentro dos limites estabelecidos.....			X
03	Sua execução está de acordo com o previsto.....			X
04	A LDO da Câmara Municipal foi elaborada e encaminhada à Prefeitura Municipal no prazo legal para inclusão no respectivo Projeto.....	X		
05	Sua elaboração se deu de forma regular, dentro dos limites estabelecidos.....	X		
06	Sua execução está de acordo com o previsto.....	X		
07	A LOA da Câmara Municipal foi elaborada e encaminhada à Prefeitura Municipal no prazo legal para inclusão no respectivo Projeto.....			X
08	Sua elaboração se deu de forma regular, dentro dos limites estabelecidos.....			X
09	Sua execução está de acordo com o previsto.....	X		



*Relato dos fatos apurados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:*

*O PPA em vigor é a Lei 3.652, aprovada em 30/09/2021 (2022/2025), a LDO em vigor é a Lei nº 3.853, de 28 de junho de 2023 e a LOA é a Lei nº 3.918, aprovada em 21 de dezembro de 2023.*

## ANEXO II

### 02 – RECEITA

#### 02.1 – RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA / TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

No. de Ordem	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>02.2.1 - Arrecadação</b>			
01	As retenções obrigatórias em pagamentos efetuados a servidores, vereadores, fornecedores estão sendo realizadas de forma regular.....	X		
02	O recebimento do duodécimo está sendo efetivado dentro do prazo legal.....	X		

*Relato dos fatos apurados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:*

---

---

---

---

---

**ANEXO III****(Com as alterações feitas pela Resolução nº. 001/2016 de 29 de fevereiro de 2016)****03 – DESPESA****03.1 – DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

No. de Ordem	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>03.1. 1– Abertura de Créditos Adicionais</b>			
01	Os créditos adicionais têm sido processados com base em autorização em lei ou decreto municipal.....	X		
02	Os créditos adicionais abertos indicam as fontes de recursos e elas efetivamente existiam.....	X		
03	Os créditos adicionais foram abertos com obediência às fontes de recursos.....	X		
	<b>03.1.2 – Autorização da Autoridade Competente</b>			
04	As contratações de obras e fornecimento de bens e serviços foram autorizadas pela autoridade competente.....	X		
	<b>03.1.3 – Licitação</b>			
05	As licitações foram realizadas com autorização da autoridade competente.....			X
06	Quanto cabível, o processo de estimativa de impacto orçamentário-financeiro integra o processo licitatório.....			X
07	A Comissão de Licitação foi renovada para o exercício.....		X	
09	As licitações foram realizadas através de abertura de processos, numeradas, autorizadas pela autoridade competente e publicadas, quando necessário, de forma regular.....			X
10	Constam do Edital de Licitação, quando cabível, orçamento estimado e minuta do contrato.....			X
11				



12	Consta do processo licitatório parecer prévio da Assessoria Jurídica aprovando a minuta do Edital e do Contrato.....		<b>X</b>
13	As deliberações da Comissão de Licitação em cada processo foram registradas em atas.....		<b>X</b>
14	Os documentos da habilitação e proposta em cada processo foram rubricados pelos membros da comissão e pelos licitantes presentes.....		<b>X</b>
15	O resultado de cada processo de licitação foi homologado e adjudicado pela autoridade competente.....		<b>X</b>
16	A habilitação dos licitantes ou as propostas atenderam ao Edital de convocação ou convite.....		<b>X</b>
17	Constam dos processos de dispensa ou inexigibilidade de licitação as justificativas cabíveis, parecer da Assessoria Jurídica, comunicação à autoridade competente e publicação.....	<b>X</b>	
18	Licitação com valor enquadrável na modalidade concorrência foi enviada ao TCE no prazo legal.....		<b>X</b>
18	<b>03.1.4 – Empenho</b>		
19	Os empenhos das despesas foram emitidos de forma prévia.....	<b>X</b>	
20	A nota fiscal ou outro está anexada à nota de empenho.....	<b>X</b>	
21	O empenho da despesa observa a fonte de financiamento.....	<b>X</b>	
22	A nota de empenho registra todas as informações básicas exigidas pelas normas.....	<b>X</b>	
23	O arquivamento das notas de empenhos se encontra em boa ordem.		
23	As notas de empenhos estão assinadas pela autoridade competente e pelos responsáveis pela sua emissão.....	<b>X</b>	
24	<b>03.1.5 – Inscrição de Resto a Pagar</b>		
24	O registro contábil da inscrição de despesas em restos a pagar, está especificado por exercício, por credor, processado ou não processado.....		<b>X</b>



25	Há registro de restos a pagar não processados sem disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos.....				X
<b>03.1.6 – Empenho de Adiantamento de Despesa</b>					
26	A concessão de adiantamento teve origem em requerimento deferido pela autoridade competente e mediante empenho prévio.....	X			
27	O servidor estava habilitado a receber adiantamento.....	X			
28	O valor do adiantamento foi movimentado através de conta bancária.....		X		
29	As prestações de contas dos adiantamentos foram feitos no prazo legal.....	X			
30	As prestações de contas dos adiantamentos foram analisadas e aprovadas pelo serviço de contabilidade.....	X			
31	As despesas impugnadas foram recolhidas aos cofres públicos no prazo legal.....			X	
<b>03.1.7 – Formalização do Contrato</b>					
32	Quando obrigatório o contrato foi formalizado e elaborado de acordo com as normas legais .....	X			
33	O resumo dos contratos e seus aditivos foram publicados tempestivamente quando necessário.....	X			
<b>03.1.8 – Autorização de Fornecimento, Execução de Obras ou Serviços</b>					
34	As contratações foram realizadas mediante autorizações expedidas pela autoridade, quando necessário.....	X			
<b>03.1.9 – Anulação de Empenho</b>					
35	As anulações de empenhos estão fundamentadas pelo servidor responsável .....	X			



36	As notas de anulações de empenho contém informações básicas exigidas pelos procedimentos legais.....	X		
	<b>03.1.10 – Incorporação de Bens ao Patrimônio</b>			
37	Os bens móveis e imóveis adquiridos foram registrados contabilmente no Ativo Permanente.....	X		
38	A especificação dos bens é completa.....	X		
39	Os bens estão numerados, com placas afixadas.....	X		
	<b>03.1.11 – Pagamento da Despesa</b>			
40	Os pagamentos estão sendo realizados mediante ordem bancária ou cheque nominal pelo seu valor líquido.....	X		
41	Os pagamentos foram realizados mediante emissão de ordem autorizada pela autoridade competente e processada pela contabilidade de forma tempestiva.....	X		
42	Os pagamentos obedeceram a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades em cada fonte de recursos.....	X		
	<b>03.1.12 – Anulação de Pagamento</b>			
43	Ocorreram anulações de pagamento.....	X		
44	Os recursos financeiros originários da anulação de pagamentos retornaram às contas bancárias originais.....	X		



*Relato dos fatos apurados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:*

*- 03.1.1 Abertura de Créditos Adicionais*

*- Em 30 de agosto de 2024 houve a abertura na contabilidade da Câmara Municipal de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 autorizados por meio do Ato aprovado pela Lei 3.918 de 21/12/2023, bem como pela Lei Municipal 4.028, de 30 de agosto de 2024.*

*- 03.1.9 Anulação de Empenho*

*- Anulação de empenho de contratos estimados e finalizados.*

**03 – DESPESA**

**03.2 – DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**

No. de Ordem	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>03.2.1 - Retenções</b>			
01	Foram efetivadas as retenções de INSS, ISS, IRRF, contribuições previdenciárias, convênios, caução, exigidas por contrato ou lei.....	X		
02	As retenções foram registradas contabilmente .....	X		

*Relato dos fatos apurados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:*

---

---

---



**ANEXO IV**

**(Com as alterações feitas pela Resolução nº. 001/2016 de 29 de fevereiro de 2016)**

**04 – PATRIMÔNIO**  
**04.1 – BENS IMÓVEIS**

No. de Ordem	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>04.1.1 – Controle Contábil, Cadastral e Físico</b>			
01	Os bens imóveis administrados pela Câmara Municipal estão devidamente organizados e cadastrados.....			<b>X</b>
02	Constam dos processos dos bens imóveis os documentos básicos como escritura pública e registro em cartório.....		<b>X</b>	

*Relato dos fatos apurados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:*

*Ponto 02: A escritura pública e registro em cartório do bem imóvel não constam dos processos dos bens imóveis, uma vez que prédio da Câmara Municipal pertence ao Executivo.*



**04 – PATRIMÔNIO**  
**04.2 – BENS MÓVEIS**

No. de Ordem	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>04.2.1 – Controle Contábil, Cadastral e Físico</b>			
01	Os bens móveis administrados pela Câmara Municipal têm registro analítico individualizado com indicação do valor, características e dos responsáveis pela sua guarda e administração.....	X		
02	Os registros contábeis dos bens móveis conferem com os registros cadastrais.....	X		
03	Há registro de inventário anual dos bens móveis.....	X		
04	No controle dos móveis há registro de: a) Distribuição dos bens móveis; b) Afixação de chapas de identificação com número do registro; c) Recolhimento por inservibilidade, perda ou extravio, furto ou roubo, doação, desnecessidade, obsoleto, etc. d) Troca ou transferência; e) Baixa, etc.	X X X X X		
05	As ocorrências com os bens são comunicadas formalmente pelos responsáveis ao Setor de Controle do Patrimônio.....	X		

*Relato dos fatos apurados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:*

---

---

---



**ANEXO V**

**(Com as alterações feitas pela Resolução nº. 001/2016 de 29 de fevereiro de 2016)**

**05 – ATOS DE PESSOAL**

**05.1 – INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO**

No. de Ordem	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>05.1.1 – Provimento Efetivo</b>			
01	A nomeação de servidores para cargos de provimento efetivo se deu através de aprovação em concurso público.....			X
02	O concurso público fez reserva de vagas para pessoas portadores de deficiência.....			X
03	As vagas abertas em concurso possuíam autorização em lei.....			X
04	A nomeação obedeceu a ordem de classificação dos aprovados no concurso público.....			X
05	A posse se deu mediante apresentação da documentação exigida nas normas e edital.....			X
06	Os servidores em estágio probatório estão sendo avaliados na forma regulamentar.....			X
07	Os servidores reprovados no estágio probatório foram exonerados mediante processo administrativo.....			X
	<b>05.1.2 – Provimento Temporário</b>			
08	A admissão de servidor público em caráter temporário autorizada em lei específica e se deu através de processo seletivo.....			X
09	No processo de admissão há comprovação de que a necessidade é efetivamente temporária e de excepcional interesse público.....			X
10	A admissão foi autorizada pela autoridade competente.....			X
11	A convocação dos selecionados se deu em obediência à ordem de classificação.....			X



12	A documentação apresentada pelos contratados atendeu as exigências legais e do edital.....				X
13	O contrato está devidamente assinado pelas partes.....				X
<b>05.1.3 – Provimento em Comissão</b>					
14	A nomeação para cargos em comissão atendeu o limite de vagas fixada em lei.....				X
15	O trabalho desenvolvido pelos comissionados guarda a característica com atribuições de chefia, direção e assessoramento.....				X
16	A documentação apresentada pelos nomeados atende às exigências das normas legais.....				X
17	O termo de posse foi assinado .....				X
<b>05.1.4 – Provimento dos Cargos Eletivos</b>					
18	Os vereadores empossados apresentaram o diploma fornecido pela Justiça Eleitoral, declaração de bens e documentos pessoais.....				X
19	O termo de posse foi assinado .....				X
20	O Prefeito e o Vice-Prefeito apresentaram o diploma fornecido pela Justiça Eleitoral, declaração de bens .....				X
21	O termo de posse foi assinado pelo Prefeito e Vice-Prefeito.....				X

*Relato dos fatos apurados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:*

---

---

---



# CÂMARA MUNICIPAL

da Estância de  
Santa Rita do Passa Quatro  
A CASA DA CIDADANIA

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá, o músico  
que encantou além das terras do jequitibá”*

## 05 – ATOS DE PESSOAL

### 05.2 – CONTROLES FUNCIONAIS

No. de Ordem	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>05.2.1 – Hora Extra</b>			
01	As horas extras realizadas pelos servidores foram autorizadas pela autoridade competente .....	X		
	<b>05.2.2 – Férias</b>			
02	Há servidores com mais de uma férias vencidas.....		X	
	<b>05.2.3 – Licenças</b>			
03	As licenças previstas no estatuto foram concedidas com base em requerimento efetuado pelo servidor.....			X
04	As licenças concedidas a servidores estão em conformidade com as normas estabelecidas no estatuto e preservam o interesse público.....			X
	<b>05.2.4 – Gfip</b>			
05	A Gfip tem sido enviada no prazo legal e com todas as informações obrigatórias.....			X
	<b>05.2.5 – Publicação dos Subsídios e da Remuneração dos Cargos e Empregos Públicos</b>			
06	Os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos estão sendo publicados anualmente.....	X		





05	Dos processos constam, no que couber, os procedimentos de controle:..... a) Pedido de exoneração; b) Ordem da Autoridade Competente; c) Cálculo dos Saldos Remuneratórios; d) Publicação no Órgão Oficial do Município.		<b>X</b>	
----	---	--	----------	--

*Relato dos fatos apurados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:*

*- 05.3.1 – Cargos Efetivos*

*- Na data de 06/08/2024, houve o pedido de exoneração do servidor André Luiz de Oliveira, Procurador Jurídico, cargo esse efetivo.*

#### **ANEXO VI**

**(Com as alterações feitas pela Resolução nº. 001/2016 de 29 de fevereiro de 2016)**

#### **06 – OUTROS CONTROLES OPERACIONAIS**

<b>No. de Ordem</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>S</b>	<b>N</b>	<b>NA</b>
	<b>06.1 – Elaboração e Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF</b>			
01	O Relatório de Gestão Fiscal composto dos demonstrativos previstos foi elaborado e publicado nos prazos legais.....			<b>X</b>
02	O Relatório de Gestão Fiscal foi encaminhado no prazo legal: a) Ao Tribunal de Contas do Estado (PROJETO AUDESP) e b) Ao SICONFI.			<b>X</b> <b>X</b>
03	O Relatório de Gestão Fiscal está assinado pelas autoridades competentes .....			<b>X</b>



	<b>06.2 – Gastos com Pessoal</b>			
04	Os gastos com pessoal do Poder Legislativo estão dentro do limite prudencial de 5,7% das Receitas Correntes Líquidas.....	X		
05	A folha de pagamento do Poder Legislativo, referente ao exercício imediatamente anterior, esteve dentro do limite de 70% da sua Receita.....	X		
06	O subsídio individual de cada Vereador está dentro do limite de até 20% do subsídio do Deputado Estadual.....	X		
07	A fixação do subsídio dos vereadores foi comunicada ao Tribunal de contas.....		X	
08	As Receitas Correntes Líquidas foram calculadas em conformidade com informativo da Prefeitura Municipal.....			X
09	Ultrapassado o limite prudencial dos gastos com pessoal foram adotadas as medidas cabíveis para o restabelecimento do limite no prazo legal.....			X
	<b>06.3 – Prestação de Informações ao Tribunal de Contas do Estado</b>			
10	As informações devidas ao Tribunal de Contas do Estado foram enviadas no prazo legal pelo Projeto Audep.....	X		
	<b>06.4 – Publicação dos Atos Oficiais</b>			
11	Os atos oficiais da Câmara Municipal, exigidos pela legislação, foram publicados nos prazos legais.....	X		



*Relato dos fatos apurados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:*

*06.2 – Gastos com Pessoal*

*Ponto 07 – Foi aprovado lei no sentido de manter o subsídio, entretanto na ausência de Procurador Jurídico, tal informação ainda não foi transmitida, o que se regularizará com a contratação de escritório jurídico.*

Santa Rita do Passa Quatro, 13 de setembro de 2024.